

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [Reunião Ordinária de Debates](#)
 - 1.2- [14ª Reunião Extraordinária](#)
 - 1.3- [Reuniões de Comissões](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- Plenário
 - 2.2- [Comissões](#)
 - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 3.1- [Comissões](#)
 - 4- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES](#)
 - 5- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-
-

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 5 DE MAIO DE 1995

Presidência do Deputado Ibrahim Jacob

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - Falta de "quorum".

COMPARECIMENTO

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Rêmolo Aloise - Ibrahim Jacob - Anivaldo Antônio - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Clêuber Carneiro - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Leite - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Leonídio Bouças - Marco Régis - Olinto Godinho - Paulo Schettino - Wilson Trópia.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Ibrahim Jacob) - A lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 8, às 20 horas.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 3 DE MAIO DE 1995

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: ABERTURA - **1ª PARTE: Ata** - **2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase:** Palavras do Sr. Presidente - Requerimentos: Requerimentos da Comissão de Assuntos Municipais (3); aprovação - Questões de ordem - Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais; apresentação de recurso; envio do requerimento à Comissão de Assuntos Municipais - Requerimentos da Comissão de Assuntos Municipais (2); aprovação - **2ª Fase:** Discussão e votação de proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.644/93; requerimento do Deputado Romeu Queiroz; deferimento; votação do Substitutivo nº 1; aprovação; votação da Emenda nº 3; questão de ordem; leitura da Emenda nº 3; rejeição - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 1/95; apresentação das Emendas nºs 5 e 6; encerramento da discussão; envio do projeto com as emendas à Comissão de Assuntos Municipais - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Anivaldo Antônio - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marcos Helênio - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- A Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião o parecer da Comissão de Justiça sobre o Ofício nº 3/95, do Tribunal de Justiça, que encaminha pedido de licença para processar o Deputado Miguel Barbosa, em virtude de sua apreciação na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Requerimentos

- A seguir, são submetidos a votação e aprovados, cada um por sua vez, na forma regimental, requerimentos da Comissão de Assuntos Municipais (3), em que solicita sejam encaminhados ofícios ao TRE-MG pedindo a realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Periquito, Pedra Corrida e São Sebastião do Baixio, no Município de Açucena; São João do Pacuí, no Município de Coração de Jesus, e Vargem Grande do Rio Pardo, no Município de Rio Pardo de Minas, quanto à emancipação desses distritos (Oficie-se.).

Questões de Ordem

O Deputado Dinis Pinheiro - Sr. Presidente, ilustres pares, moradores do Distrito de São Joaquim de Bicas, no Município de Igarapé, cumpre-nos, como parlamentares imbuídos do melhor propósito, captar, absorver as aspirações e as reivindicações do povo mineiro, tentando, segundo o bom-senso e os parâmetros legais, transformá-las em realidade. Diante desse quadro e totalmente indiferente às críticas de setores governamentais é que me propus, com muita liberdade, com muita tranqüilidade, apresentar o requerimento solicitando a emancipação do Distrito de São Joaquim de Bicas, no Município de Igarapé, onde meu colega Deputado Ivair Nogueira é majoritário e líder incontestável.

São Joaquim de Bicas, Sr. Presidente, preenche todos os requisitos legais, todas as exigências da legislação; portanto, encontra-se apto à emancipação. Com aproximadamente 8 mil eleitores, diversos postos de saúde, diversas escolas, inúmeras indústrias, lideranças das mais representativas e capazes, povo trabalhador; o mencionado distrito reúne, de forma incontestável, todas as condições para ser não mais uma, mas sim a mais jovem e próspera cidade deste Estado. Foi incluído na pauta o nosso requerimento há poucas horas, e fomos pegos de surpresa por um recurso do Prefeito Municipal de Igarapé, em que alega certas incoerências e ilegalidades. Diante da nova verdade, quero externar, mais uma vez, o meu apoio e a minha solidariedade ao Distrito de São Joaquim de Bicas e aproveitar para dar a devida satisfação de que, devido à tramitação legal, só nos resta, diante do requerimento do mencionado Prefeito, solicitar à Comissão de Assuntos Municipais, que realize, o mais rápido possível, uma reunião. Tenho a certeza de que será aprovado e referendado o requerimento de emancipação, pois o Distrito de São Joaquim de Bicas preenche todos os requisitos legais para tanto.

Vocês podem estar certos - lideranças, senhores moradores do Distrito de São Joaquim de Bicas - de que, em breve, o Plenário estará apto a apreciar e, tenho certeza, aprovar, conforme a determinação da lei, o requerimento por mim proposto. Ficam os

meus agradecimentos a vocês e o meu apelo à Comissão de Assuntos Municipais para que, o mais rápido possível, julgue, aprecie e aprove o nosso requerimento. Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, moradores do Distrito de São Joaquim de Bicas.

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras do Deputado Dinis Pinheiro.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, talvez seja bom esclarecer os representantes das comunidades que aqui estão sobre o que estamos votando. É bom que se deixe claro que hoje estão sendo discutidas as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 37, que definiu as condições e os critérios para que os distritos pudessem requerer a sua emancipação. Não estamos criando novos municípios. Estamos dando ao povo o direito de, através de plebiscito, decidir se quer ou não que seu distrito passe a ser município.

Nesse sentido, o nosso procedimento, enquanto Bancada do PT, é o de votar favoravelmente, porque no momento do plebiscito é que as forças favoráveis e as contrárias à emancipação - no caso, do distrito - vão se manifestar. Não estamos criando novo município, estamos autorizando a realização de uma consulta plebiscitária e dizendo se o distrito preenche os requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 37.

Nesse sentido, a votação de hoje é democrática e importante, porque a disputa se vai fazer lá na região, lá no distrito, e a população irá decidir o que prevalecerá. Será respeitada, então, a vontade popular. O Deputado só encaminha a reivindicação, a última instância é a decisão final dos moradores do distrito em questão. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras do ilustre Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, lideranças, moradores de São Joaquim de Bicas, Igarapé e Nossa Senhora da Paz, cumpre ressaltar a iniciativa do Deputado Dinis Pinheiro, autor do requerimento de emancipação de São Joaquim de Bicas.

Gostaríamos, também, de ressaltar que, como membro da Comissão de Assuntos Municipais, tivemos a oportunidade de analisar vários processos de emancipação. Hoje, analisamos 21 processos, e foi aprovada a emancipação de 20 distritos. O trabalho da Comissão se dá, primeiramente, em função da análise dos critérios, obedecendo-se à lei de emancipação, e isso é o que a Comissão tem procurado fazer. Tivemos a oportunidade de fazer um pronunciamento por ocasião da primeira reunião em que se tratou da emancipação de São Joaquim de Bicas e nos manifestamos favoráveis a ela. Atualmente, existe uma disputa, "sub judice", quanto ao Distrito de Nossa Senhora da Paz, em Igarapé. Fomos claros e objetivos por ocasião da aprovação do Distrito de São Joaquim de Bicas, pois compete à nossa Comissão a análise dos documentos, e, realmente, nós o fazemos. Naquela oportunidade, dissemos, também, que a questão "sub judice" não era da nossa competência. Entretanto, hoje, com a entrada de um documento do Prefeito Municipal de Igarapé, solicitando fosse adiada essa votação, tenho a certeza de que o processo será encaminhado novamente à Comissão de Assuntos Municipais, onde haverá novo julgamento.

Gostaria de registrar essas palavras, agradecer a presença de todas as lideranças e dizer que a Comissão de Assuntos Municipais já foi tachada de emancipacionista; obedecendo aos critérios legais de documentação, não vamos medir esforços para aprovar os requerimentos. As dúvidas porventura "sub judice", deixaremos a critério de uma mesa maior. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras do Deputado Ivair Nogueira.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita ao TRE-MG a realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de São Joaquim de Bicas, quanto à sua emancipação do Município de Igarapé. Sobre a mesa, ofício do Sr. Arnaldo de Oliveira Chaves, Prefeito Municipal de Igarapé, recebido na reunião ordinária de hoje, à tarde, o qual contém indicação contrária ao desmembramento do Distrito de São Joaquim de Bicas. Nos termos do que dispõe o § 2º do art. 5º da Lei Complementar nº 37, de 18/1/95, a Presidência deixa de submeter esse requerimento a votação e o devolve à Comissão de Assuntos Municipais, para que ela se manifeste sobre a matéria. - A seguir são submetidos a votação e aprovados, na forma regimental, requerimentos da Comissão de Assuntos Municipais (2), em que solicita sejam encaminhados ofícios ao TRE-MG pedindo a realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de São Domingos das Dores e Justinópolis, quanto à emancipação desses distritos (Oficie-se.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª fase, a Presidência passa à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.644/93, de iniciativa popular, que institui o Fundo Estadual de Moradia Popular. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que

apresentou. A Comissão de Assuntos Municipais opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Assuntos Municipais. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais, que opina pela aprovação da Emenda nº 3. Vem à Mesa requerimento do Deputado Romeu Queiroz, em que solicita a votação destacada da Emenda nº 3. A Presidência defere o requerimento. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está aprovado o Substitutivo nº 1, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2. Em votação, a Emenda nº 3.

Questão de Ordem

O Deputado Gilmar Machado - Gostaria que fosse lida essa emenda.

O Sr. Presidente - É regimental o pedido. Esta Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da emenda.

O Sr. Secretário (Deputado Rêmolo Aloise) - (- Lê:) "Emenda nº 3 ao Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.644/93. Acrescente-se onde convier: Art..... - O Fundo Estadual de Habitação aplicará os seus recursos disponíveis em percentual proporcional à população da área rural de cada região, a fim de se implantar o projeto de habitação rural. Sala das Reuniões, 18 de abril de 1995. Jairo Ataíde."

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 3. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei nº 1.644/93 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 1/95, do Deputado Anderson Adauto, que dispõe sobre acréscimo de inciso ao art. 5º da Lei Complementar nº 37, de 18/1/95. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Assuntos Municipais, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. Em discussão. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1/95

EMENDA Nº 5

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Nenhum município remanescente, após a emancipação de seus distritos, poderá ficar com menos de 30% (trinta por cento) de sua área original

Art. - A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais não examinará mais do que 3 (três) processos de emancipação de distritos pertencentes a um mesmo município, em cada legislatura.

Parágrafo único - Terão precedência os distritos mais distantes da sede do município remanescente."

Sala das Reuniões, 3 de maio de 1995.

Olinto Godinho

Justificação: Nossa intenção ao propor essas alterações é a de estabelecer critérios claros e transparentes que impeçam a destruição de municípios com a redução drástica de sua área territorial, inviabilizando-o economicamente e descaracterizando-o social e culturalmente.

Clara também está a necessidade de se adotarem normas para o exame dos processos de emancipação por parte da Assembléia Legislativa e para a precedência, quando houver grande número de pedidos de emancipação.

EMENDA Nº 6

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Fica acrescentado ao art. 5º da Lei Complementar nº 37, de 18 de janeiro de 1995, o seguinte inciso V:

V - a perda de mais de 70% (setenta por cento) de sua receita."

Sala das Reuniões, 3 de maio de 1995.

Bonifácio Mourão

Justificação: A emancipação de distritos, com a conseqüente criação de novos municípios, há que atender a alguns requisitos básicos de logicidade. Não é possível que a criação de um município determine a extinção daquele que lhe deu origem. Não podemos, acredito eu, permitir uma monstruosidade dessas. Embora a emancipação seja um desejo natural de munícipes residentes no distrito, temos que velar pelo município remanescente. Sei que as exigências existentes na lei anterior quanto à renda foram exaustivamente discutidas até que se optou pela não-inclusão de tais exigências no texto da nova lei. O que sempre tínhamos está por ocorrer: a morte e a asfixia financeira do município remanescente. Dessa forma é imprescindível que se reserve algum percentual para a sua manutenção. Por esta emenda, estou sugerindo, e espero a aprovação dos meus nobres pares, um índice bem modesto, menos de 30% da receita, para a preservação do município remanescente.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no

decorrer da discussão foram apresentadas ao projeto emendas dos Deputados Olinto Godinho e Bonifácio Mourão, as quais receberam os n.ºs 5 e 6, e que, nos termos do que dispõe o § 2º do art. 195 do Regimento Interno, a Presidência vai devolver o projeto com a emenda à Comissão de Assuntos Municipais para parecer.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 4, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Às nove horas e quinze minutos do dia dezanove de abril de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcos Helênio, Dinis Pinheiro, Antônio Andrade, Gil Pereira e Carlos Pimenta, membros da Comissão supracitada. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Roberto e Marco Régis. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcos Helênio, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Antônio Andrade que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência esclarece que a reunião se destina a realizar audiência pública para discussão da qualidade dos produtos de origem animal comercializados no Estado, especialmente no Mercado Itatiaia, bem como apreciar a matéria constante na ordem do dia. O Presidente comunica aos parlamentares que o Deputado Ronaldo Vasconcelos deixa de participar como membro efetivo da Comissão e, na condição de Líder do PL, indica para ocupar a vaga o Deputado Carlos Pimenta. Encerrada a 1ª parte da reunião, o Presidente passa à discussão e à votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. Tendo em vista que a matéria a ser apreciada é de autoria do Deputado Marcos Helênio, este passa a Presidência ao Deputado Carlos Pimenta. O Deputado Antônio Andrade procede à leitura do Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei n.º 3/95, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Deputado Marcos Helênio reassume a Presidência e registra a presença dos Srs. Geraldo de Faria Martins Costa, Lúcia Pacífico Homem, Maria da Consolação Magalhães Cunha, Artur Ribeiro Neto, Mônica Maria de Oliveira Pinho Cerqueira, Fernando Cruz Laender, Lígia Lidner Schreiner, José Lúcio de Vasconcelos Caetano e João Clímaco, respectivamente, representantes do PROCON estadual, do Movimento das Donas de Casa, da Secretaria Municipal da Saúde - Vigilância Sanitária, do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, da UFMG, do Conselho Regional de Medicina Veterinária, da Secretaria de Estado da Saúde - Vigilância Sanitária, do Ministério da Agricultura - Inspeção de Produtos de Origem Animal e da Secretaria Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar, e da Sra. Elza de Oliveira, advogada do Movimento das Donas de Casa. O Presidente tece considerações relativas ao objetivo da reunião e, posteriormente, concede a palavra aos expositores para discutirem a qualidade dos produtos de origem animal comercializados no Estado. A Presidente do Movimento das Donas de Casa, Lúcia Pacífico Homem, salienta que mais de 70% da carne comercializada em Minas Gerais é originada de abatedouros clandestinos. A professora Mônica Cerqueira, da Escola de Veterinária da UFMG, comenta a necessidade de ser desenvolvido um trabalho educativo junto aos consumidores para combater o problema dos produtos inadequados ao consumo. Ela sugere que sejam desenvolvidas ações integradas entre parlamentares, órgãos públicos e entidades de defesa do consumidor. O coordenador do PROCON, Promotor Geraldo Costa, faz apelo aos órgãos oficiais de fiscalização sanitária a fim de que enviem para o PROCON ou para os Promotores de Justiça de cada comarca os autos de infrações, com o objetivo de ser possível ao Ministério Público propor ações criminais e cíveis contra os infratores. Os demais convidados discutem não só a fiscalização como também a comercialização da carne e de seus derivados. Abre-se amplo debate entre os parlamentares e os representantes das entidades conforme consta nas notas taquigráficas. Transcorrido o debate, o Deputado Gil Pereira apresenta

requerimento em que solicita seja feito apelo ao Governador do Estado com vistas a que se contratem os aprovados em concurso público para o IMA. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Marcos Helênio apresenta requerimento em que solicita ao Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros, seja verificado o volume de causas na área de defesa do consumidor, para criação de varas de defesa do consumidor e juizado de pequenas causas; e sejam convidados representantes das Lojas Americanas para prestarem esclarecimentos sobre o uso de equipamentos magnéticos de segurança adotados por essa empresa. Nesta oportunidade, o parlamentar passa a Presidência ao Deputado Dinis Pinheiro, e este coloca em votação os requerimentos, que são aprovados. O Deputado Marcos Helênio reassume os trabalhos e tece as últimas considerações. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos convidados, dos Deputados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 1995.

Marcos Helênio, Presidente - Dinis Pinheiro - Antônio Andrade - Carlos Pimenta.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTO E TURISMO E LAZER

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Irani Barbosa, Anderson Aduato, João Leite e Gilmar Machado, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Irani Barbosa, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Gilmar Machado que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Logo após, a Presidência informa que a reunião se destina a apreciar as matérias da pauta e a ouvir o Sr. Evandro Ferreira Passos, representante do Fórum Mineiro em Defesa da Escola Pública, o qual discorrerá sobre a precariedade do ensino público no Estado, e o convida a tomar assento à mesa. O Presidente registra a presença dos Srs. Messias Antônio da Silva, Diretor do Departamento de 3º Grau do Sindicato dos Professores de Minas Gerais - SINPRO -, e Alvinho Custódio de Souza, do Sindicato Único dos Trabalhadores do Ensino - SIND-UTE. Prosseguindo, lê correspondência enviada pelos professores da Escola Estadual José Caetano Ribeiro, de São Gotardo, solicitando a atenção da Comissão no que diz respeito ao piso salarial da classe, o qual não supre suas necessidades mínimas. Dando continuidade aos trabalhos, a Presidência passa a palavra ao Sr. Evandro Ferreira Bastos, que discorre sobre o trabalho do Fórum, que reúne entidades como o SINPRO e entidades estudantis, para um trabalho em favor da escola pública. Segundo o convidado, um exemplo da situação caótica do ensino superior em Minas Gerais está nos baixos salários pagos pela UEMG. O Diretor do SIND-UTE, Alvinho Custódio de Souza, aponta diversos problemas na municipalização do ensino básico e o aumento da evasão escolar. Passa-se à fase dos debates, com a participação de todos os parlamentares, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência suspende os trabalhos por alguns minutos para que a Comissão agradeça a presença dos convidados. Reaberta a reunião, passa-se à fase de discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Anderson Aduato emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 16/95 no 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 4. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Encerrada essa fase, passa-se à 3ª fase da reunião, com a discussão e a votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Gilmar Machado emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 12/95 no 2º turno, na forma original. Colocado em discussão e votação, é o projeto aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 1995.

Irani Barbosa, Presidente - João Leite - Gilmar Machado - Miguel Martini.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA, NO PRAZO DE 60 DIAS, CONHECER, DEBATER, PROPOR E ACOMPANHAR TODAS AS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL DESENVOLVIDAS NO PROPOSTO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e sete de abril de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Anivaldo Antônio, José Henrique, Arnaldo Penna e Elbe Brandão, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Anivaldo Antônio, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado José Henrique que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o geólogo Marcelo Guimarães e o Prof. Bautista Vidal, da Universidade Federal de Brasília; expõe o motivo do convite para seu comparecimento nesta reunião e faz a apresentação dos convidados. A Deputada Elbe Brandão suscita questão de ordem quanto à força da Comissão Especial para convocar autoridades, a qual é prontamente respondida pela

Presidência. Em seguida, o Presidente passa a palavra ao Sr. Marcelo Guimarães, que afirma que o patrimônio da Cia. Vale do Rio Doce não tem preço, pois inclui frota transoceânica e reservas de ouro, cobre, manganês, alumínio e ferro, além dos dois maiores portos do mundo (Praia Mole, em Vitória, e Itaqui, no Maranhão). Registra-se a presença do Deputado Ibrahim Jacob, e a Deputada Elbe Brandão comunica a impossibilidade de sua permanência na reunião, tendo em vista compromissos inadiáveis. Em seguida, o Prof. Bautista Vidal diz que a privatização da Cia. Vale do Rio Doce coloca em risco o patrimônio brasileiro e critica a intenção do Governo de fazer caixa com a venda da Companhia, para pagar dívidas. Não havendo inscrições para a fase de debates, os Deputados agradecem a presença, a participação e a contribuição valiosa dos oradores mencionados, conforme as notas taquigráficas. Com a palavra, o Deputado Ibrahim Jacob comunica sua designação, como representante da Mesa da Assembléia, para acompanhar os trabalhos desta Comissão. A seguir, o Presidente informa sobre visita dos membros desta comissão ao escritório regional da Cia. Vale do Rio Doce, no próximo dia 8/5/95, com a intenção de coletar dados para subsidiar os trabalhos. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece o comparecimento dos convidados e dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de maio de 1995.

Anivaldo Antônio, Presidente - Arnaldo Penna - Elbe Brandão.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 9/5/95

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Brasilândia, quanto à sua emancipação do Município de João Pinheiro.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Fidelândia e de Novo Horizonte, quanto à sua emancipação do Município de Ataléia.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Pintópolis, quanto à sua emancipação do Município de Urucuia.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Luisburgo, quanto à sua emancipação do Município de Manhauçu.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Santa Helena de Minas, quanto à sua emancipação do Município de Bertópolis.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Mário Campos, quanto à sua emancipação do Município de Ibitité.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 190/95, da Comissão de Agropecuária, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Agropecuária opina pela sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Agropecuária.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
TURISMO E LAZER, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/5/95**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Parecer sobre a Emenda nº 1, do Deputado João Leite, ao Projeto de Lei nº 78/95.

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 78/95, do Deputado Paulo Pettersen.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 57/95, do Deputado Antônio Genaro; 122/95, do Deputado Glycon Terra Pinto; 31/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Requerimento nº 202/95, do Deputado Paulo Piau.

Finalidade: ouvir o Sr. João Batista dos Mares Guia, Secretário Adjunto da Educação, que irá apresentar o Programa Total na Educação.

**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A
REALIZAR-SE ÀS**

10 HORAS DO DIA 9/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 44/95, do Deputado Ermano Batista; 148/95, do Deputado Jorge Hannas; 48 e 114/95, do Deputado José Bonifácio; 7/95, da Deputada Maria José Haueisen; 94/95, do Deputado Raul Lima Neto; 118/95, do Deputado Wanderley Ávila.

Em turno único: Ofício nº 1/95, do Tribunal Regional Eleitoral.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 218/95, do Deputado Miguel Martini; 176/95, do Deputado Wanderley Ávila.

**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A
REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/5/95**

Pauta Complementar

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

Ofício nº 5/95, do Tribunal de Justiça.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA VERIFICAR "IN LOCO" A
SITUAÇÃO DO PROJETO JAÍBA, NO MUNICÍPIO DE JAÍBA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA
9/5/95**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: dar continuação aos trabalhos da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A ESTUDOS QUE
PERMITAM A AVALIAÇÃO DA REAL EXTENSÃO DO PROBLEMA DA VIOLÊNCIA PERPETRADA CONTRA A
MULHER, EM TODO O ESTADO DE MINAS GERAIS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 9/5/95**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir as Sras. Maria Izabel Ramos de Siqueira, Benilda Paiva de Brito e Olívia de Fátima Braga Melo, representantes do Movimento Popular da Mulher, da Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte e da Secretaria da Segurança, respectivamente.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A
REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 10/5/95**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de audiência pública com representantes de órgãos públicos e entidades privadas para avaliar a situação dos consumidores diante dos procedimentos comerciais adotados pela A. F. Administradora de Consórcios, liquidada pelo Banco Central.

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 323/95, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Convidados: Srs. Antônio Joaquim Fernandes, Promotor de Justiça do PROCON-MG; Ronaldo Augusto, Diretor-Geral da Motorauto S. A.; Luiz Fernando Carceroni, Coordenador do PROCON-BH; Antônio Augusto Ferreira Nascimento, Diretor da A. F. Administradora de Consórcios; Guido Castro, da Associação de Consorciados Lesados pela Motorauto S. A.; José Raimundo de Paula, Presidente da Associação de Consorciados Lesados pela Motorauto S. A.; Felipe de Costa Camelo, liquidante do Banco Central.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e Ação Social e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Simão Pedro Toledo, Antônio Genaro, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Geraldo Nascimento e Marcelo Gonçalves, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Carlos Pimenta, Marco Régis, Jorge Eduardo de Oliveira, Luiz Antônio Zanto e Jorge Hannas, membros da Comissão de Saúde e Ação Social; e Miguel Martini, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Cléuber Carneiro, Marcos Helênio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião conjunta a ser realizada no dia 10/5/95, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, no 1º turno, os pareceres sobre o Projeto de Lei nº 54/95, de autoria do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a implementação de medidas necessárias à prevenção e ao tratamento do câncer da mama e do câncer ginecológico.

Sala das Comissões, 9 de maio de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/95

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Anderson Adauto, Bonifácio Mourão, Antônio Andrade, Antônio Genaro, Elmo Braz, Ajalmar Silva, Sebastião Costa, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, José Maria Barros, Gilmar Machado, Ivo José, Ivair Nogueira e Olinto Godinho, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 9, às 14h30min, no Plenarinho II, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 1995.

Marcelo Cecé, Presidente "ad hoc".

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 2/5/95

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, um motivo de real grandeza me traz a esta tribuna na tarde de hoje. Quero, neste momento, apresentar, para a apreciação dos meus pares, nesta Assembléia, um projeto de lei que dispõe sobre a criação da Escola Técnica Estadual de Minas Gerais. (-Lê:)

- O projeto lido pelo Sr. Deputado, que recebeu o nº 220/95, é o publicado em edição do dia 5/5/95.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa é uma matéria sobre a qual quero chamar a atenção dos companheiros Deputados desta Assembléia, no sentido de analisar, com profundidade e sensibilidade, a grandeza e o objetivo desta iniciativa. Entendemos que as escolas técnicas mineiras servirão de exemplo para todo o Brasil, desde que bem organizadas e bem fundamentadas, como no projeto que ora apresentamos. Por tudo isso, peço aos meus ilustres pares que analisem, a partir das comissões, com bastante

seriedade e interesse, esta proposição, para que possamos lograr êxito, aqui, no Plenário, votando e aprovando essa matéria que, sem sombra de dúvida, vai dotar o Estado de Minas Gerais de um avanço de tecnologia, um avanço no aprendizado e no profissionalismo dos jovens de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente desta Assembléia Legislativa, Deputado Wanderley Ávila, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa aqui presente, senhores visitantes que nos honram com suas presenças em nosso Plenário, aos poucos vamos conseguindo importante espaço na programação do Governo do Estado para o Norte de Minas. Esse espaço, o interesse do Governador, dos Secretários e até mesmo desta Casa foram conseguidos às custas de muita persistência, muita luta e muito trabalho, denunciando-se o descaso e a falta de interesse político em resolver as questões relativas à região Norte de nosso Estado.

Gradativamente, foram surgindo propostas e aparecendo os convênios que tanto esperávamos. Não podemos deixar de citar o programa do DRH, da Secretaria de Recursos Hídricos, que prevê o início de um programa de combate à seca no vale do Jequitinhonha, do rio Pardo, do Mucuri e do Verde Grande e que prevê a construção de pequenas barragens nos pequenos rios tributários dos cursos de água, regularizando o fluxo e perenizando esses rios. O projeto ainda prevê a recomposição da cobertura vegetal, principalmente das nascentes e das veredas, facilitando a infiltração de água e retardando o escoamento superficial, fatos tão importantes na perenização dos córregos e riachos.

A primeira etapa do programa será com a construção de 56 barragens feitas de concreto, construídas dentro das calhas dos rios e que atenderá a uma população de 100 mil habitantes em 256 municípios. Outro programa que também será fundamental para a nossa região será o programa habitacional do Governo de Minas Gerais, na área da SUDENE, priorizando a construção de moradias na zona rural dos municípios pertencentes à área mineira da SUDENE.

O Governo entende que é preciso substituir casebres por moradias dignas, melhorando a qualidade de vida do trabalhador rural. O programa prevê ainda uma parceria com a Secretaria de Saúde e pretende eliminar 80% das doenças que, hoje, têm procedências hídricas. Prioriza ainda a medicina preventiva, diminuindo o surto de epidemias; para tanto o programa, além de prever a construção de moradias, abrange a melhoria das condições sanitárias, do saneamento básico, a prevenção e o tratamento das doenças endêmicas.

O Vice-Governador lançou ainda o programa para a instalação de estações captadoras de água, oferecendo água potável e tratada à população norte-mineira. Inicialmente os Municípios de Monte Azul, São João do Paraíso, Matias Cardoso, Janaúba, Mato Verde, Mamonas e Porteirinha serão beneficiados e, posteriormente, o programa se estenderá aos outros municípios norte-mineiros.

Finalizando, é bom constatar que nossas palavras, nossa preocupação estejam encontrando ressonância no Poder Executivo e que o Norte de Minas e o vale do Jequitinhonha estejam realmente fazendo parte das ações do Governo do Estado. Não vamos descansar enquanto não depararmos com medidas concretas. De projetos e boas intenções já estamos saturados; o que vale são os recursos na conta do Estado e dos municípios para que essas intenções saiam do papel e ajude-se uma região que jamais foi prioridade, e é a mais pobre deste Estado.

Ainda esta semana estaremos com o Secretário de Estado da Habitação, que nos passará as diretrizes deste programa, para que possamos orientar e ter um contato mais próximo com os Prefeitos das cidades daquela região, para que esses venham a assinar os convênios e fazer uso desse importante benefício.

Um outro assunto, Sr. Presidente, que, também, é de grande importância, refere-se a um telex do Banco Central que tenho em mãos, do Departamento de Organização de Sistema Financeiro, fornecendo-nos a relação das cidades mineiras que poderão contar, ainda este ano, se for do interesse do Governo do Estado, mas, principalmente, se for objeto de uma ação política desta Casa, com uma agência do BEMGE. Gostaria de destacar algumas delas: Claro dos Poções, Itacambira, Jequitaiá, Juramento, Lontra, Mamonas, Matias Cardoso, Montezuma, Riachinho, Riacho dos Machados e Urucuaia. Para todas essas cidades, já foi autorizada, pelo Banco Central, a instalação de uma agência do BEMGE.

É importante e também nos preocupa a declaração, por parte da Diretoria do BEMGE, de que está sendo feito um estudo sobre a viabilidade técnica e econômica da instalação de suas agências nesses municípios mineiros. Acredito que se deva pensar de outra forma, ou seja, o BEMGE, por si só, poderá ser um fator preponderante para que esses municípios possam crescer e se organizar melhor. É claro que esse estudo dará indicações para se saber se um determinado município tem ou não condições de suportar uma de suas agências. Mas, se partirmos do princípio de que um Banco é uma fonte geradora de recursos, de capacidade, de crescimento organizado, tenho a certeza de que o Governo do Estado irá autorizar essas instalações.

Queremos ter contato com o Presidente do BEMGE e mostrar a ele a nossa preocupação e

tentar, através de uma ação política, de um trabalho bem feito e de uma orientação determinada, que é necessária a instalação de uma agência do BEMGE nessas cidades. Muitos aposentados, muitos funcionários públicos têm que se deslocar para uma cidade vizinha para receber o seu salário, sua aposentadoria ou fazer pagamentos. Essa agência, além de facilitar a vida da população, será um marco inicial para que o progresso possa chegar a esses mais de 50 municípios mineiros que estão na dependência e necessitando de apoio da Assembléia.

Solicito ao Deputado Romeu Queiroz, Líder do Governo, que bem conhece as cidades norte-mineiras, que leve as nossas preocupações ao Governador Eduardo Azeredo para que S. Exa. determine a abertura dessas agências nos diversos municípios mineiros, principalmente nos do Norte de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Almir Cardoso - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, representantes da imprensa, ouvintes das galerias, é do conhecimento de todos, especialmente dos políticos em geral, a importância que tem o Banco do Brasil na história de nosso País. É do conhecimento de todos a importância que tem o Banco do Brasil na atividade econômica do País, em particular como financiador do desenvolvimento e da produção rural. É também do conhecimento de todos o carinho e o respeito que os brasileiros nutrem pelo Banco do Brasil. Porém, não é do conhecimento de todos qual a política que o atual Governo quer implementar na instituição. Pelo contrário, parece que ele quer justamente ocultar suas reais intenções.

O jornal "Folha de São Paulo", em sua edição de hoje, traz a notícia de um possível fechamento de 255 agências do Banco em todo o País, 18 delas em Minas Gerais. Temos notícias de demissões injustas e até mesmo de suicídios de funcionários, gerados por um clima de indefinições e incertezas, propositalmente criado pela nova Diretoria da casa. Na qualidade de funcionário do Banco do Brasil, não posso me calar diante desse quadro. Na condição de Deputado Estadual pelo PT, não posso me omitir diante das ameaças que pairam sobre essa instituição. Enquanto homens públicos responsáveis, nós, membros desta Assembléia, temos a obrigação de nos posicionar e exigir clareza quanto aos critérios de administração das empresas públicas, especialmente quando algumas de nossas comunidades se encontram ameaçadas de perderem um importante serviço público, um importante canal de incentivo ao crescimento econômico.

Que poder temos nós para influenciar essas decisões? Nesse sentido, estou encaminhando requerimento à Mesa, com vistas à criação de uma comissão especial, para acompanhar o processo de reformulação da rede de agências do Banco do Brasil em nosso Estado, para que possamos ter certeza de que Minas e o Brasil não serão prejudicados por políticas obscuras de administração de empresas públicas.

Estamos propondo a criação de uma comissão especial para que possamos interferir nesse processo, buscando informações claras e precisas, o que nenhum movimento sindical consegue, o que nenhum funcionário consegue, muito menos as comunidades que serão atingidas por essa medida. Nós gostaríamos de poder contar com o apoio dos Srs. Deputados. Estamos passando por um momento de crise. Várias instituições do País, principalmente as estatais, estão sendo duramente criticadas e começam a ser definidas medidas que, por um lado, indicam a privatização e, por outro, desacreditam as instituições perante a opinião pública.

Com relação ao Banco do Brasil, eu, como funcionário da instituição, sei da importância dela. Agora mesmo, antecedeu-me nesta tribuna o nobre Deputado Carlos Pimenta, falando da importância e da necessidade de se abrirem agências do BEMGE em várias comunidades não assistidas por instituições financeiras neste País. Sabemos da dificuldade de se implantarem novas agências e estamos correndo o risco de ver suprimidas do mapa de Minas Gerais 18 agências do Banco do Brasil que atendem pequenas comunidades, principalmente comunidades carentes.

Sabemos da inadimplência que hoje afeta o Banco do Brasil. Essa inadimplência tem duas faces: uma face é a inadimplência do setor privado. Hoje, segundo dados já divulgados pela imprensa, a inadimplência está acima dos R\$3.000.000.000,00. A outra face é a inadimplência pública, que supera os R\$5.000.000.000,00. Sabemos que o Banco do Brasil precisa se fortalecer, precisa desenvolver o seu real papel de fomentar o desenvolvimento, principalmente das pequenas comunidades, contribuir para alavancar o desenvolvimento em nosso País. Sabemos que essa é uma entidade que, por estar presente em todo o território nacional, tem todas as condições de dar conta dessas necessidades. A inadimplência precisa ser encarada com muita justiça, com muita determinação, com muita decisão. É preciso atacar esse problema do Banco do Brasil, e estamos vendo que as atitudes, as decisões, as determinações do Governo Federal estão partindo pela tangente, estão partindo para outro caminho. Nós gostaríamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de poder contar com a determinação e a disposição de todos vocês, para que nós, uma vez aprovada essa comissão especial, possamos contribuir e interferir para que importantes comunidades do nosso Estado não se vejam privadas da presença do Banco do Brasil e da sua atuação, que vem sempre contribuir para que importantes serviços de natureza social sejam prestados às comunidades. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores presentes nas galerias, duas questões me trazem à tribuna, nesta tarde. Ambas abordam o mesmo assunto. Vou falar a respeito das medidas que vêm sendo tomadas pelo Governo Federal. Neste final de semana, fomos surpreendidos por uma decisão do Sr. Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso, publicada no "Diário Oficial", exonerando o Dr. José Machado Sobrinho, Diretor da PETROBRÁS. Não questiono se S. Exa. pode ou não tomar tal atitude. Logicamente que isso é sua função. O que estranhamos é que essa demissão tenha-se dado em virtude de declarações feitas à imprensa pelo Dr. José Machado Sobrinho, que foi indicado para o cargo pelo ex-Presidente Itamar Franco. Trata-se de uma pessoa que sempre defendeu essa importante instituição. O Diretor da PETROBRÁS publicou um artigo no "Jornal do Brasil", jornal de circulação nacional. Esse artigo motivou a sua demissão. Queremos lamentar que diretores de órgãos e autarquias estatais estejam sendo tolhidos em sua liberdade de expressão. Como dizia Millôr Fernandes, "o livre pensar é só pensar". Se quisermos fazer alguma coisa, seremos imediatamente tolhidos. Foi a que assistimos. Queremos, então, lamentar essa atitude do Sr. Fernando Henrique, que demonstra assim o tipo de democracia que vem pregando. S. Exa. quer entregar o patrimônio do povo brasileiro. Quem se opuser a isso vai ter sua cabeça cortada.

O segundo assunto que nos traz, hoje, a esta tribuna diz respeito ao que ocorreu sábado, na abertura da exposição promovida pela ABCZ, em Uberaba. A segurança que acompanhava o Sr. Presidente ao Parque Fernando Costa permitiu a entrada de militantes da Força Sindical portando camisetas, bandeiras e faixas. Os militantes da CUT não puderam entrar vestidos com camisetas da sua entidade. Muitas pessoas tiveram que voltar para suas casas para trocar de roupa. Três faixas da CUT que apareceram no Parque Fernando Costa entraram ali escondidas: uma na bolsa de uma companheira e as outras escondidas nas roupas de outros companheiros. Só assim foi possível burlar a segurança. Queremos deixar aqui o nosso repúdio a essa atitude da segurança do Sr. Fernando Henrique. Os militantes da Força Sindical tiveram livre trânsito porque estavam com faixas a favor da reforma. Eles têm inteira liberdade de se manifestar. Não tenho nada contra. Eles podem alugar ônibus, recrutar pessoas nas favelas de Belo Horizonte pagando até almoço. O que repudiamos é a forma como são impedidos os militantes da CUT de fazer suas manifestações. Isso não é ato de democrata. Isso não é atitude de um País que venceu a ditadura militar.

Não podemos admitir que atitudes como essas aconteçam no Estado de Minas Gerais e queremos lamentar o que ocorreu na cidade de Uberaba. Essa é mais uma demonstração da maneira que o Presidente Fernando Henrique vai tratar essa questão. O que desejamos é discutir. Queremos que aqueles que estão a favor se manifestem, mas os que são contra também têm o direito de se manifestar.

Estivemos presentes em Uberaba e conseguimos denunciar o ocorrido, porque conhecemos algumas pessoas que são da Segurança da direção nacional da Força Sindical e que andam armadas justamente para intimidar. Conseguimos que a polícia revistasse três pessoas, já que as outras correram. Essas três foram presas e estavam armadas para intimidar os que protestavam. E, inclusive, concederam entrevista dizendo que foram ao local exatamente para acertar o pessoal da CUT.

Esses são os aliados que Fernando Henrique quer, neste momento, para impedir as manifestações livres do povo. Queremos parabenizar, aqui, o Dr. José Machado Sobrinho pela sua coragem em defender o patrimônio do povo. Ele deve continuar exercitando o seu livre pensamento. Os brasileiros de fato vão reconhecer o seu gesto. O Presidente Fernando Henrique certamente não vai gostar. Mas tenho a certeza de que a história vai fazer o reparo e cobrar de Fernando Henrique o que ele vem fazendo neste momento.

Para finalizar, esperamos que nas próximas manifestações que ocorrerem no País, especialmente em Minas Gerais, não tenhamos acontecimentos como esses que tiveram lugar em Uberaba. Não estamos responsabilizando os organizadores da ABCZ, porque não houve nenhuma definição da direção a esse respeito. Todos os anos acontecem manifestações no Parque Fernando Costa e nunca houve nenhum impedimento. E agora, por determinação da segurança do Presidente, essas atitudes arbitrárias foram cometidas. Entretanto, por mais que a segurança tentasse impedir, os trabalhadores rurais, funcionários públicos e outros manifestantes puderam demonstrar a sua insatisfação e indignação. Não conseguiram abafar o grito que está na garganta de muitos brasileiros que não concordam com o consenso de Washington, com o projeto liberal e com a entrega do País, como quer o Presidente. Eles vão continuar gritando, lutando e ocupando as praças e ruas para dizer que o Brasil é dos brasileiros. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, comentando rapidamente as palavras do Deputado Gilmar Machado, eu gostaria de dizer que, lá como cá, a coisa é a mesma.

Sr. Presidente, estamos enviando à Mesa requerimento no qual pedimos explicações à Procuradoria-Geral do Estado, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público sobre a licitude da transferência da dívida do Grupo Mendes Júnior, um grupo que já estava em estado pré-falimentar há mais de oito anos e com o qual todos os Governos têm tido o

melhor relacionamento. Agora, por incrível que pareça, conseguem trocar R\$250.000.000,00 em ações da CEMIG - uma dívida fundamentada, com lastreamento, com garantias - por ações podres do Grupo Mendes Júnior.

Sr. Presidente, na iniciativa privada, pelo que conhecemos, passar a dívida de uma empresa que tem condições de pagar para uma empresa falida ou que não vai pagar a dívida de jeito nenhum, vai "dar o cano" no Estado, na Previdência ou na própria Secretaria da Fazenda, por meio do ICMS, do IPI, etc., é chamado de "operação laranja", considerada, nos meios oficiais, como estelionato.

Eu gostaria de saber do Governo de Minas Gerais qual é o nome que ele pretende dar à operação fraudulenta que está sendo feita com o Grupo Mendes Júnior. Este é um grupo falido, com ações podres, e está passando a dívida de um Banco, que deveria ter lastro para essa dívida. Acredito que não tenha esse dinheiro, que foi emprestado sem condições de garantia, e, agora, passou essa dívida para a MGI.

Mais uma vez, é o Estado e o povo de Minas Gerais pagando por aquilo que não fizeram, que não receberam. Meu Deus do céu, essa operação era comum no Governo recém-passado de Minas Gerais e que todos nós fazemos tudo para esquecer. Gostaria de saber se o Governo do PSDB vai avalizar essa transação e gostaria que ele nos dissesse qual é o nome que se dá àquilo que é feito e a que, lá fora, se dá o nome de estelionato. Gostaria que o Sr. Governador nos informasse qual é o nome que ele pretende dar a essa "operação laranja" feita em Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 3/5/95

A Deputada Elbe Brandão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Deputados, pessoas presentes nas galerias, representantes da imprensa, funcionários da Assembléia.

A palavra turismo vem do inglês "TOURISM", através do francês "TOURISME" e significa, segundo o dicionário "viagem ou excursão feita por prazer, a locais que despertam interesse". Significa, ainda, "o conjunto dos serviços necessários para atrair aqueles que fazem turismo e dispensar-lhes atendimento por meio de provisão de itinerários, guias, acomodações e transporte".

Nos últimos dez anos, segundo a Organização Mundial de Turismo, o turismo internacional cresceu, em média, 6% ao ano, totalizando 450 milhões de viagens, em dados de 1991.

Impressionantemente, o Brasil não obteve resultados positivos. Sua participação diminuiu de 0,6% do mercado mundial para 0,3%. Por incrível que pareça, de 1983 para cá, os números não mudaram muito. Chegam ao País cerca de 1.500.000 turistas por ano.

Essa atividade envolve desde os principais executivos das companhias aéreas, a empresas de cartão de crédito, locadoras de veículos, hotelaria, bares, restaurantes a agências de viagens. É uma das indústrias que oferece o maior número de empregos no mundo, superando o setor automobilístico e o petrolífero. No entanto, Sr. Presidente, nos últimos 12 anos, segundo dados da ABAV - Associação Brasileira dos Agentes de Viagens, o número de brasileiros que fizeram viagens internacionais cresceu mais de 150%, o que, colocou o Brasil entre os principais emissores de turistas principalmente para os Estados Unidos.

É bom salientar que grande parte desses turistas sai do país sem conhecer a sua capital, sai de seu Estado sem conhecer seus pontos turísticos, suas riquezas naturais. Por que, Sr. Presidente? Na ponta do lápis, como se diz popularmente, como fica mais barato sair do País para fazer turismo do que viajar até mesmo dentro de nosso Estado. Senão, vejamos: pode-se chegar a Miami, gastando-se R\$700,00, ao Caribe R\$800,00 a Fernando de Noronha, R\$720,00 a Manaus, durante a baixa temporada, R\$500,00 e a Ouro Preto onde uma diária com café da manhã, para casal, em hotel médio, fica em cerca de R\$220,00. Pergunto: onde anda a força política, que é a mola desse setor? Onde foram parar os incentivos fiscais? as verbas para a preservação da história, da cultura popular?

Sr. Presidente, senhores, senhoras, o Governador Eduardo Azeredo reconhece o turismo como indústria e tem praticado ações concretas para incentivá-lo. Uma delas é a viabilização do pavilhão de feiras em Belo Horizonte. Tem, também, procurado traçar a malha viária turística em consonância com as associações microrregionais.

Pelos caminhos de Minas senhores e senhoras, percorreram os bandeirantes, Tiradentes, Debret, a corte portuguesa e hoje, a cidade patrimônio cultural da humanidade, Ouro Preto, recebe incontáveis e importantes visitantes de todo o mundo.

Pelos caminhos de Minas, ao sul, no circuito das águas, há que se matar a sede em Cambuquira, Lambari, Caxambu e São Lourenço. Há, ainda, Passa Quatro, Jacutinga, Poços de Caldas e Caldas, Araxá, Patrocínio, Bueno Brandão e Carangola.

Pelas cidades históricas, o que há de mais rico e belo do barroco: vamos a Ouro Preto, Mariana, Congonhas, São João Del-Rei, Tiradentes, Sabará, Caeté, Santa Bárbara, Serro e Diamantina.

Quando falamos de artesanato, atravessamos nossa Minas Gerais de ponta a ponta. Há que se destacar a permanência de velhas técnicas de produção artesanal, que

caracterizam a autenticidade de uma cultura típica do interior do Brasil. Assim, a visita será feita a Prados, Resende Costa, Monte Sião, Araçuaí, ao Norte de Minas, a Águas Formosas e ao vale do Jequitinhonha que tem no turismo uma grande alternativa para seu desenvolvimento.

As tradicionais pedras e cristais de Minas Gerais podem ser encontradas em vários municípios, como Teófilo Otoni, que, com a formação de zona de processamento de exportação, conseguiu se destacar.

Pelos caminhos de Minas - são tantos, belos e preservados - podemos apreciar os Parques do Itacolomi, do Ibitipoca, do Rio Doce, da Serra da Canastra, Parque das Mangabeiras, da Serra do Cipó, da Serra da Mantiqueira, e o Parque Nacional do Peruaçu.

As igrejas de Minas traduzem a fé de seu povo e são um acervo de arte inigualável. As festas religiosas como a do Senhor do Bonfim, em Bocaiúva, de São Geraldo, em Curvelo, do Divino em Diamantina, a Semana Santa em todo o Estado, as manifestações folclóricas da chapada do norte e do vale do Jequitinhonha, o Festivale, o congado, em Oliveira, os caboclinhos, de Serro, são manifestações ímpares em nosso país.

Nos mais distantes pontos do Estado, existe um acervo histórico a ser preservado e mostrado, como as igrejas de Itacambira, Grão-Mogol e de São Tomé das Letras.

A típica comida mineira, servida em painéis de barro e de pedra sabão, é especial e encontra-se até nos mais recônditos lugarejos. Temos ainda o queijo de Minas, o pão de queijo e a cachaça.

Minas, já disse alguém, Minas são várias.

No turismo rural, desperta um novo segmento e, ao que parece, inesgotável.

Minas oferece qualidade de vida e negócios aos seus visitantes. A indústria da confecção é fortíssima. Temos o ferro e o aço. Os grandes lagos de três Marias, Furnas, Camargos e as águas quentes em Montezuma. Temos as grutas no Oeste e no Norte. O São Francisco, Pirapora e Januária.

Não há dúvidas, é o potencial mais rico do Brasil.

Assim, Sr. Presidente, considerando a criação da Câmara Setorial de Turismo pelo Governo Federal, no Ministério de Comércio e Indústria, e ainda as Câmaras Setoriais da Federação da Indústria e do Comércio e da Associação Comercial de Minas, é que pretendo, em consonância com a Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, através do Secretário Ademir Lucas, apresentar requerimento solicitando a abertura de uma comissão especial para proceder a estudos sobre o potencial turístico de Minas Gerais, suas demandas e conquistas.

Creio, Sr. Presidente, que citando boa parte dos municípios diretamente ligados ao turismo, e na certeza da existência de centenas de nomes que ainda poderiam ser citados, ser mais do que justa a nossa reivindicação.

Ao buscar apoio para a aprovação da Comissão Especial de Turismo, estou falando de uma indústria já implantada, com mão-de-obra garantida e que poderá gerar benefícios e lucros muito superiores aos até agora auferidos. Esse segmento da economia em Minas, há muito chama e não é atendido. Esta é a hora de atender aos seus apelos e criar, nesta Casa, a comissão que procederá a estudos sobre o setor, com os interessados da área.

Turismo, como ensina o Aurélio, é o conjunto de serviços prestados. Gera demanda de mão-de-obra, gera ISS, gera empregos. Solicito aos Srs. Deputados que sejam nossos parceiros nessa empreitada. Essa é uma bandeira para viabilizar o desenvolvimento econômico em diversas regiões, é uma bandeira que proponho à Casa empunharmos juntas. Obrigada

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público das galerias, pessoal da imprensa, a história nos mostra as diversas etapas do poderio entre as nações. Séculos passados, eram mais poderosos os países que tivessem um exército com maior número de homens. Posteriormente, sobressaíram as nações que possuíam maior quantidade de equipamentos bélicos ou as sofisticadas bombas capazes de destruir o próprio homem. Esse último período caracterizou-se pelo confronto entre as nações comunistas e as nações desenvolvimentistas do globo, quando se gastaram bilhões em equipamentos para destruição.

Felizmente, o mundo se deu conta de que o mais importante é a melhoria da qualidade de vida do próprio homem, e os recursos estão sendo direcionados para gerar conhecimentos capazes de beneficiar o ser humano. Desta forma, o mundo defronta com um novo paradigma, que é a sociedade de conhecimento. O diferencial entre nações ricas e nações pobres é medido, hoje, pelo grau de conhecimento que detém o seu povo, obtido através dos investimentos, públicos e privados, no desenvolvimento do processo educacional e do processo de desenvolvimento científico e tecnológico.

Considerando-se que a economia de Minas Gerais se encontra assentada na atividade agropecuária, permitam-me comentar sobre o desenvolvimento da pesquisa, nessa área, em nosso Estado.

Dois fatos marcantes merecem destaque. Primeiro, a visão de estadista, ainda na década de 1930, do então Presidente da República Getúlio Vargas, o qual estruturou inúmeras fazendas experimentais espalhadas pelo Brasil, contemplando Minas Gerais com diversas delas, que até hoje cumprem sua função social.

Em segundo lugar, no início da década de 1970, o atual Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Alysson Paulinelli, teve a brilhante idéia de instituir a EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais -, para gerar, adaptar e difundir tecnologias agropecuárias, além de coordenar o Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária, integrado pelas Universidades Federais de Minas Gerais, Viçosa e Lavras.

O referido sistema funcionou muito bem, desde a instituição da EPAMIG, em 1974, até o ano de 1986. Nesse período de 12 anos, a empresa se desenvolveu, apresentou pleno vigor e atingiu a sua fase de maturidade, conseguindo formar um quadro de pesquisadores e de pessoal de apoio de alta qualificação. A partir dos seus resultados positivos, os outros Estados da Federação vieram aqui para copiar, literalmente falando, o seu processo de gerar e difundir conhecimentos para as atividades agropecuárias e agroindustriais.

Para caracterizar a importância da EPAMIG, citaremos três resultados de grande repercussão ambiental e na economia do Estado e da região. A exploração racional e econômica do cerrado brasileiro (150 milhões de ha) começou por Minas Gerais, através dos trabalhos de pesquisa sobre fertilidade e correção de solos desenvolvidos pela EPAMIG, e hoje o cerrado se constitui na maior fronteira agrícola do mundo. Foi também devido aos experimentos de Controle Integrado de Pragas que o meio ambiente foi poupado. Quando há 20 anos aplicavam-se 18 pulverizações com defensivos agrícolas durante o ciclo da cultura do algodão e 5 pulverizações para a cultura da soja, hoje, aplicam-se apenas 5 pulverizações para a cultura do algodão e 1 apenas para a cultura da soja, proporcionando também economia de divisas de grande soma. E o café do cerrado, ou café do Triângulo Mineiro, considerado o melhor café do mundo em qualidade, também teve o dedo da EPAMIG. O material genético de café produzido pela EPAMIG para a região dos cerrados mineiros contribui com 60% da produção nesta área, ou cerca de 1.800.000 sacas por ano, rendendo ao Estado aproximadamente R\$260.000.000,00 em ICMS, valor esse 10 vezes superior, no ano de 1994, ao orçamento da EPAMIG, que emprega 200 mil pessoas.

Assim, são inúmeros os resultados da pesquisa agropecuária com o algodão no Norte de Minas, com o arroz e suínos na Zona da Mata, com o leite na região metalúrgica e no Sul de Minas, além da soja, trigo, milho, frutas, olerícolas, etc.

Senhores Deputados, contrariamente à visão de 100 anos para frente do Governo Getúlio Vargas, tivemos a visão retrógrada do Governo Newton Cardoso, que se não conseguiu acabar com a pesquisa no Estado, como era seu desejo, conseguiu pelo menos desestimular o corpo funcional da EPAMIG, o que gerou a perda para outros Estados de diversos pesquisadores preparados e de inteligência privilegiada.

A conseqüência direta é a decadência do setor produtivo rural, com o aparecimento de pragas, doenças e com a interrupção do desenvolvimento tecnológico que resulta na baixa produtividade e na baixa qualidade dos produtos. Na produção de grãos, por exemplo, Minas já participou com 12% da produção nacional e hoje participa com apenas 7%.

Outras conseqüências da falta de investimento em pesquisa agropecuária são facilmente detectadas. Por exemplo, a agroindústria - locomotiva do desenvolvimento econômico de Minas Gerais - está se desviando do nosso Estado porque a garantia de fornecimento de matérias-primas agropecuárias é condição vital para o sucesso do empreendimento e, sem a pesquisa agropecuária, não há segurança para produzir.

Entretanto, a EPAMIG continua a desenvolver suas ações através de um grupo de abnegados pesquisadores e pessoal de apoio, à espera de melhores condições de trabalho. O Governo de Eduardo Azeredo, com muita felicidade, já sinalizou que um de seus quatro projetos estruturantes é a Ciência e Tecnologia. Esperamos dele, assim como da iniciativa privada, um apoio decisivo à pesquisa agropecuária de Minas Gerais. Esperamos também dos Deputados a compreensão para que possamos dotar a EPAMIG das mínimas condições de trabalho para o desempenho de suas funções.

Para finalizar, gostaria de desejar ao Secretário Paulinelli, ao Presidente indicado da empresa, Guy Torres, e a todo corpo de funcionários muita garra e determinação para, juntos, recolocarmos a EPAMIG na sua posição de melhor empresa estadual de pesquisa agropecuária e fazê-la triunfar juntamente com o povo mineiro e com a Nação cada vez mais poderosa.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/4/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.115, 1.170 e 1.181, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

exonerando Fausto Queiroz Mundim do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, com exercício no gabinete do Deputado Miguel Barbosa;

exonerando Danilo Martins de Oliveira do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Miguel Barbosa;

exonerando, a partir de 3/5/95, Ivanildo Manuel dos Santos do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Motorista, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Alencar da Silveira Júnior;

nomeando Danilo Martins de Oliveira para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, com exercício no gabinete do Deputado Miguel Barbosa;

nomeando Harley Fabiany Junqueira Cobra para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Miguel Barbosa;

nomeando Sebastião Alves Costa Caldeira Júnior para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, com exercício no gabinete do Deputado Jorge Hannas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, e 1.189, de 22/2/95, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Cláudia Borém Pimenta de Figueiredo para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Carlos Pimenta, Presidente da Comissão de Saúde e Ação Social.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral desta Secretaria, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 1º/6/93, e tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, a partir de 7/3/95, a servidora Tereza Christina Afonso de Oliveira, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.
